

## REQUERIMENTO

### Equiparação dos Técnicos Superiores das IPSS e Misericórdias

O Governo Regional dos Açores continua a não promover a igualdade de oportunidades entre os trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores e os trabalhadores da Administração Pública. Com exceção dos Educadores de Infância, já equiparados à função pública, os restantes técnicos superiores das IPSS e Misericórdias dos Açores (Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Fisioterapeutas entre muitas outras categorias) estão votados ao esquecimento e a uma profunda desmotivação, com objetivas consequências no desenvolvimento das respetivas carreiras e estatuto remuneratório.

Tal situação, por si só, já é bastante gravosa e injusta para centenas de técnicos superiores e outros trabalhadores que prestam serviço nas IPSS e Misericórdias dos Açores. Mas a isso junta-se o facto de dezenas de funcionários das IPSS estarem a prestar serviço permanente à Administração Regional, com menores salários e subordinados às chefias da Administração Regional. São trabalhadores que formalmente pertencem aos quadros das IPSS, mas que efetivamente estão ao serviço da Administração Pública, designadamente do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA).

Do exposto resultam duas injustiças e uma eventual ilegalidade. Desde logo, a circunstância de as IPSS não terem, verdadeiramente, liberdade para configurarem os seus quadros de pessoal, já que tais funcionários lhes são impostos pelo Governo Regional. Depois, o facto de aqueles trabalhadores realizarem tarefas em tudo idênticas aos seus colegas da função pública por uma remuneração muito inferior e numa carreira sem perspetiva de futuro. E tudo isto poderá configurar uma ilegalidade que, a confirmar-se, tem de ser imediatamente sanada. Os trabalhadores em apreço não podem pertencer a uma instituição e estarem hierarquicamente subordinados às chefias do ISSA e respetivos planos de ação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado subscritor vem requerer ao Governo Regional a seguinte informação:

- 1 - Quantos técnicos superiores das IPSS e Misericórdias dos Açores prestam regularmente serviço nas valências do ISSA?
- 2 - A informação requerida no número anterior deve ser desagregada por categoria profissional e instituição de origem.

3 – Por que razão aqueles trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores se mantêm nos quadros das instituições apesar de desenvolverem tarefas que correspondem a necessidades permanentes do ISSA?

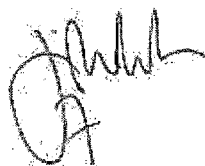
4 – Quando prevê o Governo Regional fazer a equiparação daqueles técnicos superiores às correspondentes carreiras e estatutos remuneratórios da função pública, a exemplo do que fez com os Educadores de Infância?

5 – Número total de IPSS e Misericórdias dos Açores que solicitaram ao Governo Regional a atualização das diuturnidades dos respetivos trabalhadores e número de deferimentos e indeferimentos.

6 – Listagem completa da informação requerida no número anterior, por instituição.

Ponta Delgada, 05 de setembro de 2016

O Deputado



(Joaquim Machado)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 2161	Proc. n.º 54.03.00
Data: 06/09/06	N.º 6231 X